

MARIA DE LOURDES PINTASILGO \*

## DEAMBULAÇÃO PELO ESPAÇO/TEMPO DO 25 DE ABRIL

Numa obra sobre «a dialéctica da duração», Bachelard interroga-se: «Do passado histórico, o que é que permanece? O que é que dura?» E responde: «Só permanece aquilo que tem razões para recomeçar. Por isso, ao lado da duração pelas coisas, há a duração pela razão». Penso que, nestas frases, se encontra o porquê destes dias, deste colóquio, destas reflexões: *fazer durar pela razão aquilo que tem razões para recomeçar e que, por isso, permanece*: o adquirido, o vivido, o experimentado, o apenas intuído e ainda não realizado do 25 de Abril.

No termo destes dias, penso que só podemos fazer aquilo que José Saramago leva Ricardo Reis a fazer: *Ricardo Reis* — *nosso rosto, nosso ser colectivo*, infinitamente disperso por um pequeno recanto das ruas de Lisboa, uma Lisboa triste, cinzenta, chuvosa, suja... Isto é, só podemos andar atrás das experiências, das ideias e conceitos, do que realmente foi e do que, ao mesmo tempo, estava sendo sem que o soubéssemos. É a uma deambulação que somos conduzidos — deambulação entre, por um lado, o *experimentado* real e testemunhável (pois não estamos aqui todos para dizer o que vivemos e o que pensamos?) e, por outro lado, o *ainda não-realizado* que nos fustiga e nos empurra, como um destino que sabemos ter de cumprir. Não quero recusar, de modo algum, essa condição nossa de deambulação: entre o vivido e o pensado, entre o experimentado e o ainda não realizado. E, por isso, vou também, nestes minutos, deambular no espaço/tempo do 25 de Abril.

Para que a deambulação tenha algumas referências, fá-la-ei em quatro tempos: o desvio em relação à norma, a juntura da história individual e da história colectiva, a procura do texto fundador, o espaço do acto e do texto.

---

\*. Engenheira.

## 1. O DESVIO EM RELAÇÃO À NORMA

Falemos do 25 de Abril como acto cultural, *Acto fundador* de histórias possíveis e, para cada um de nós e para todo o povo português, de toda uma nova história possível. Mas, porque acto histórico fundador, foi *acontecimento, irregularidade, perturbação, quebra do previsível, desvio em relação à norma*.

A sua possibilidade de inovação estava aí contida, nessa *margem de desvio* onde se inscreve, finalmente, toda e qualquer criação: a *criação estética*, a *criação científica*, a *criação social*, a *criação política*. A persistência com que evocamos o 25 de Abril tem menos a ver com um qualquer saudosismo ou nostalgia do que com a vaga intuição de que talvez — *talvez* — essa margem de desvio se não tenha fechado e que a inovação ainda seja possível.

Podemos interrogar-nos: essa margem de desvio, essa perturbação, essa irregularidade, porque não foi ela conduzida até ao fim?

É que esse desvio faz — fez — medo. Fez pânico. Pânico já aqui denunciado de muitas formas, conduzindo, depois, à emergência do pânico sociologicamente visível.

Nos primeiros anos que seguiram o 25 de Abril viram alguns mais o desvio do que a potencialidade de inovação. É que, onde escasseia a imaginação e onde hesita o sentido de risco, é mais fácil denunciar o desvio do que abrir os caminhos da inovação. Por isso, encheram a margem que estava livre para carrear o novo — essa margem de desvio — de dogmas e de anátemas. (Sistema pendular constantemente presente numa sociedade que se fecha sobre si própria e que tem medo da sua própria mudança). No entanto, havia outros que se sentiam parte dessa margem, que adivinhavam o que ela continha de possível, que a sabiam uma potencialidade do que então chamávamos — e tanto nos criticaram por isso — a «via original». Onde está ela, a via original? Que lhe fizeram? Continuando a interrogação posta, logo no início, pelo Eduardo Lourenço: *que fizemos nós todos a essa via original?* Nós, que temos alguma responsabilidade como *intelligentsia* deste país, que temos alguma responsabilidade como actores no processo político, que fizemos a essa via original? Por onde andámos? Que mimetismos aceitámos? A que regra fatal do espelho nos sujeitámos? Que denúncias não realizámos nesse mimetismo?

O nosso grande erro não está só em deixar que as finanças conduzam a economia, e esta, a política social, a educação, a cultura, as relações externas e que, a montante disto tudo, a contabilidade conduza as finanças! Esse erro de direcção é já

grande e é pesado. Mas há outro erro maior ainda: o de *não termos sido capazes de, colectivamente, carrear a cultura nessa margem de desvio*. Isso está presente nos nossos comportamentos, nos nossos modos de vida, nas hesitações, nas formas temporárias que revestem. Está presente também, duma forma institucionalizada, nos trabalhos de *patchwork*, esse trabalho de manta de trapos que são muitos, se não a totalidade dos nossos programas de governo. Não há praticamente em nenhum — talvez um laivo aqui ou além — a indicação de que a cultura pode ser o espaço englobante, essencial como ponto de partida. Há até um programa de governo muito «curioso» que insere toda a perspectiva cultural num capítulo que se intitula «Aspectos Sociais e Administrativos»!

Não é por acaso que o desenvolvimento falha. Não é só por acaso que a economia é hoje uma língua pouco adequada aos fenómenos contemporâneos e que estamos à procura de uma nova linguagem para exprimir a realidade económica que traduz toda a nossa existência. Não é por acaso. É que lhe falta, de facto, o suporte cultural que seria uma expressão nova da maneira de viver em sociedade, da maneira como se faz o comércio entre as gentes através das palavras, dos afectos e das coisas. Volto, assim, ao sentido medieval da palavra comércio. É que talvez haja aí uma pista a descobrir e desenvolver.

De facto, trabalharam escritores — esse trabalho imenso da escrita portuguesa do pós-25 de Abril! Trabalharam artistas. Imensos. Todos. Que temos ouvido com tanto gosto! De que tanto sentimos a presença, mesmo quando ela se torna, por imperativos da vida e da própria saúde, uma ausência presente.

Trabalharam pensadores. Trabalharam aqueles que constroem de facto novo, não só metaforicamente, mas que constroem novos edifícios com os materiais próprios de cada região. Trabalharam desde a primeira hora, e sempre, ininterruptamente, a dar-nos o recuo indispensável, os pensadores.

Mas mercê da *inércia cultural dos principais actores da vida política*, a margem de desvio foi-se fechando até que nela só ficou a rotina. É uma rotina em muito semelhante à que conhecemos antes, apenas completada por esse desencanto que tem circulado aqui como palavra-sinal-de-alerta sobre esta mesa. Ao contrário dessa acomodada rotina, o que importa é saber e compreender como se geram as novas realidades: na investigação científica, na criação estética, na intervenção social e política. Homens e mulheres do nosso tempo, não podemos ignorar que os *aparentes desvios do novo* são os inevitáveis *saltos quânticos necessários para uma maior energia*. São as aparentes rupturas de um *continuum* que, de outro modo, só nos poderia conduzir à

repetição cíclica. Repetição cíclica que, de resto, temos de forma muito clara, entre Dezembro de 82 e Novembro de 84, em termos da superestrutura política. Pois que diferença há entre o fim da AD e o estrebuchar da actual coligação?

É que, se não entendemos essa margem de desvio, esses saltos quânticos, como entenderemos as rupturas (não rupturas num sentido revolucionário já ultrapassado, que não tem razão de ser neste fim de século), rupturas que possibilitam a construção do novo? Se o não fizermos, voltaremos sempre, inevitavelmente, ao princípio e o processo de implosão da sociedade não será mais do que um espantoso aumento de entropia. O entendimento tem que ver com a premência do *trabalho científico* e do seu rigor; tem que ver com a interpretação do mundo dentro de nós e de nós dentro do mundo.

## 2. A HISTORICIDADE INDIVIDUAL E COLECTIVA

Como facto histórico a projectar-se real ou fantasmaticamente nos comportamentos, a tornar-se ele próprio um mito, o 25 de Abril modificou *as condições da historicidade individual e colectiva*. Os sobressaltos da pequena história passaram a fazer parte do quotidiano colectivo. E a tão afirmada estabilidade política, inscrevendo-se num palco de guerrilhas e querelas que põem em causa a estabilidade pessoal no que respeita às condições de vida, de educação, de informação, de trabalho, de habitação, de saúde, essa pseudo-estabilidade política passou a ser sentida, na realidade, como *permanente instabilidade*.

A situação tornou-se paradoxal: por um lado, diríamos, tudo mudou e por outro lado, de facto, nada muda, como foi aqui tão brilhantemente demonstrado. Por isso, o drama desta nossa historicidade individual e colectiva é esse: o tempo em que vivemos é ainda um tempo «suspense». Os «novos modos de vida» trazem consigo as hesitações, os avanços e os recuos do inacabado e do provisório. Não são parte, não podem ser parte de uma *globalidade*, mas fragmentos daquilo a que se tem chamado, hoje, «revoluções minúsculas» de que só temos *instantâneos* de muitos momentos e de muitos casos particulares. Não temos, ainda, o *elemento integrador* de momentos e de casos.

É um imenso trabalho cultural que está diante de nós. Porque é trabalho de cada um sobre a sua própria história e sobre a sua própria realidade. E porque é, ao mesmo tempo, o trabalho de todos sobre uma realidade social que não podemos hesitar em classificar, com Edgar Morin, Beauregard e toda a

escola de Palo Alto como a de uma sociedade que, sendo estruturalmente arcaica, é hiper-complexa. Simultaneamente vivemos os murmúrios e os rumores próprios da aldeia, contam-se as coisas que vão de boca em boca, de porta em porta, e sentimos o inextricável de uma imensa complexidade. Somos parte de uma sociedade em que coexistem sistemas e subsistemas mas em que *não basta já a confiança na auto-organização*.

Curiosíssimo fenómeno este, da sociedade portuguesa: num fundo arcaico, coexistem a normalização do puro cartesianismo linear, a racionalização da lógica da dialéctica, a humanização da organicidade das estruturas sistémicas, quer sejam biológicas, físicas, sociais ou políticas. E, com tudo isto, não encontramos ainda o factor que sendo simultaneamente da sociedade, de certo modo, lhe é também parcialmente exógeno, para nela poder introduzir um princípio de organização.

Interrogo-me, ao longo destes dias, ouvindo os participantes desta mesa, se esse factor ligeiramente exógeno vem, não de alguém, mas de todos nós e se não será, pura e simplesmente, o trabalho, pura e simplesmente, *fazer as coisas*, pura e simplesmente, a ética do serviço bem feito? Não a globalidade, não o grande projecto, não o dever-ser ou há-de-ser ou tem-que-ser, mas *aquilo que nos é hoje imediatamente acessível*, como se o destino todo da sociedade portuguesa dependesse do simples acto de fazer aquilo que a cada um é pedido em cada momento. Porque a nossa identidade, essa identidade que nos atormenta e atrás da qual andamos, não nos virá só do nosso pensamento. Virá da nossa acção. *Tornar-nos-emos aquilo que formos fazendo e formos capazes de realizar*.

Catherine Clément escreveu há poucos anos que a intervenção na história só se pode dar na juntura exacta onde se encontram a nossa história pessoal e a história da sociedade a que pertencemos. O que talvez seja outra maneira de dizer que o homem é, de facto, *sujeito da história*. Não por intervenção voluntarista, nem alheia ou distante, nem atrás dos bastidores, movimentando pessoas como peças de xadrez — não desses modos, mas por imersão da grande História na sua pequena história e pela descida ao fundo desse mundo único que é a sua história. Não será isto também o que o sociólogo Alain Touraine quis dizer no seu último ensaio de sociologia a que dá, sem equívocos, o título de *O Regresso do Actor*? O regresso do actor a que a Emília Pedro fez referência e o sujeito colectivo de que o Eduardo Lourenço falou? Regresso do actor para fazer a sua história e para fazer a História.

## 3. ONDE ESTÁ O TEXTO FUNDADOR?

Mas como saber se é o que permanece e dura do passado histórico que se vai construir e não algo completamente diferente, não algo que passe ao lado?

Tocamos aqui numa dificuldade grande. É que o acto fundador, para ser durável, tem que ser acompanhado de um *texto fundador*.

Não o foi no 25 de Abril. Não podia ser o Programa do MFA com a sua ambiguidade, depois tão habilmente explorada, relativa à famosa discussão de «até onde podiam ir as reformas de fundo». Não podia ser o Programa do MFA esse texto fundador.

Ele foi substituído, muito rapidamente (digo-o a partir da minha experiência de actor da superestrutura), logo em Setembro de 74, pela multiplicidade das vozes que se fizeram ouvir, não sintonizadas, portadoras, já então, de uma *fragmentação paralisante*.

As palavras sofreram, pelo seu empolamento e inadequada utilização, uma espantosa deriva sociológica. As palavras *deixaram de significar o que enunciavam*. Por isso temos tantos adeptos de tantas crenças, todos não praticantes.

As lógicas pessoais foram, assim, profundamente afectadas ao descobrirem-se verbalizadas por palavras que já não exprimem nem sequer a matriz semântica, quanto mais cultural, que lhes estava no seu início. Entre as *palavras* e os *actos* passou a haver uma distância de anos-luz. Há palavras que nunca serão actos (que é feito de tantas promessas eleitorais?) O que se diz nada tem que ver com o que se faz. Tudo é remetido para um *sujeito indefinido* (esse tremendo se), etapa propícia a dois mitos igualmente perigosos: o *mito do bode expiatório*, o *mito do salvador messiânico*.

A palavra, ao deixar de significar o que contém, quebrou o valor do diálogo. Instaurou-se, então, o reino do monólogo de que os comunicados e algumas «comunicações ao povo» são a expressão acabada.

Que fazer então para que «permaneça o que tem razões para recomçar»?

Pergunto-me se tudo o que foi dito nestes dez anos, se todas as palavras não são o *começo de um texto fundador* que este povo que somos só agora estaria em condições de começar a escrever... Pergunto-me se não nos encaminhamos para um momento da nossa História em que teremos que nos congregar à volta das palavras na sua pureza original e dizer as palavras com que se constrói o quotidiano mais evidente? Pergunto-me



se não é urgente que o *texto fundador* vá sendo caldeado pela palavra dos escritores, pelas palavras de todos os homens e mulheres simples no seu dia-a-dia, pelas palavras muito técnicas que, às vezes, nos assustam, mas que são indispensáveis como suporte do discurso coerente das soluções dos que têm que lidar com os números e os conceitos? Não será necessário um texto fundador que caminhe para o diálogo e seja, ele já, etapa de diálogo? Não é esse o processo inadiável a encetar?

Julgo que o que ouvimos hoje aqui nos assegura que o *texto fundador está a ser escrito*. Não andássemos nós tão distraídos e o texto impor-se-ia.

#### 4. O ESPAÇO DO TEXTO E DO ACTO

O acto fundador — acto da história e do texto — não se deu apenas no território de um Portugal imutável. Modificou esse território. Modificou o espaço em que encerrávamos Portugal. Tornou-nos rectângulo europeu regressado do mar e sem saber para que mundo partir. Perdido o Império, a identidade buscase, os pontos de referência já não podem ser medidos pela bússola e pelo sextante.

Uma nova relação com o espaço — desde o nosso espaço pessoal até ao espaço mais amplo da sociedade em que vivemos — é-nos exigida. Espaço mais reduzido para o conceito de nação que nos havia sido dado e logo, correlativamente, novas normas de convivência, novas expressões de vida em sociedade ainda por descobrir. Falamos de nós como de uma «dispersão portuguesa» pelo mundo. Os nossos escritores, profetas no meio de nós, dizem-nos andando sempre, «tudo a ir para todo o lado», «sempre no cais à espera de partir». E se andamos assim à procura desse espaço, que encontramos?

Encontramos, primeiro, a exigência de descer ao fundo da terra — e julgo que não são fruto da moda os grupos arqueológicos à descoberta da identidade de cada local e de cada região. *Cuidar da terra, do espaço que é nosso*, não no saudosismo de um equilíbrio natural que nenhum de nós conheceu, mas no dinamismo de um novo ambiente rural e urbano, de planície e de montanha, em que os rios ainda levem água e não detritos e as árvores tenham a possibilidade de se distinguir umas das outras e não se reduzam todas à monotonia uniforme dos eucaliptos.

Ao mesmo tempo, *estabelecer os laços e as pontes com todos os povos* que nos permitam retomar, em termos do hoje, as rotas que há quatro ou cinco séculos percorremos. E rejeito,

com toda a força da experiência, a posição dos que apelidariam esta procura nova das rotas antigas de utopia. Não é utopia. É a única possibilidade, é o caminho necessário para sobrevivermos como nação, na fidelidade à nossa história.

Para retomar essas rotas, de que precisamos? Retomo a deambulação de Ricardo Reis no seu primeiro encontro com Fernando Pessoa. No livro de José Saramago, Fernando Pessoa define assim o que considera a contradição fundamental da vida de Ricardo Reis: «Querer pelo desejo o que sabe não poder querer pela vontade». Se isto é o diagnóstico da não-epopeia, hoje — querer pelo desejo o que sabe não poder querer pela vontade — então o caminho, para nós, Portugueses, é claro: *manter o desejo. Mas querer também pela vontade*. Não ser espectador mas actor da história: *querer pelo desejo e querer pela vontade*.